

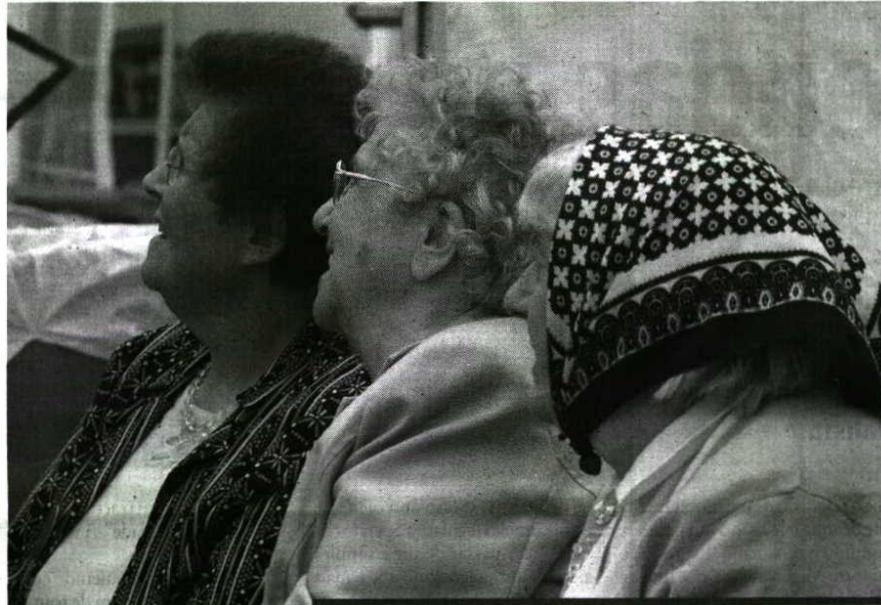


Reformados organizam-se contra cortes nas pensões

O deputado do PSD Carlos Peixoto chamou-lhes, num momento muito infeliz, "a peste grisalha". Agora, num refluxo, os reformados organizam-se para fazer revogar as leis que penalizam a população mais frágil e dependente. E nem todos são comunistas a gritar nas ruas...

Há-as de todas as cores e para todos os gostos. Da Confederação Nacional de Reformados e Pensionistas Idosos (MURPI) à Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados (APRE), passando pelo Movimento Nacional dos Reformados Portugueses (MNRP) e pela Inter-Reformados (um órgão da CGTP). Não falta mesmo o Movimento dos Reformados Indignados (MRI), uma associação de "reformados ricos" liderada pelo antigo presidente do BCP, Filipe Pinhal. As inspirações, motivações e tendências ideológicas podem ser diversas – mas numa coisa estão de acordo: se o Tribunal Constitucional deixasse passar o Orçamento do Estado para este ano, tal como o Governo o propôs, muitos dos portugueses mais idosos deixariam de poder comer, vestir e tratar da saúde. O dinheiro não chega para tudo.

Algumas das organizações de cidadãos da chamada "terceira idade", como a Inter-Reformados, têm-se juntado às ruidosas manifestações que pontuaram a vida política nacional nos últimos tempos, ou organizaram elas próprias as suas "ações de rua". Mas outras preferem iniciativas menos vagas. É o caso da MURPI, que há dias pediu uma audiência ao ministro da Segurança Social, Pedro Mota Soares, e a intervenção urgente do Provedor da Justiça. Objectivo: "acabar com o saque fiscal a 440 mil pensionistas sujeitos a dupla tributação".



Dedução injusta

"Os trabalhadores no activo que recebem o mesmo rendimento sofrem menos redução do que os reformados do sector público e privado", alertou a MURPI. Em declarações à Lusa, a Confederação sublinhou que "os pensionistas da Caixa Geral das Aposentações e do Centro Nacional de Pensões com reformas acima dos 1.350 euros já descontam a Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) que incide na parte do rendimento que excede a dedução específica, que foi reduzida de 6.100 euros para 4.104 no IRS" e cuja entrega decorre até ao fim do deste mês.

Com efeito, todos os reformados com pensões iguais ou superiores a 4.104 euros anuais (pouco mais de 300 euros por mês) estão agora obrigados, pela primeira vez na história do Estado Social, a entregar declaração de IRS. Segundo a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, muitos arriscam-se a ter de pagar imposto. "É uma situação injusta, que resulta da decisão do Governo de aproximar as pessoas reformadas das que estão no activo. Deviam ter tido em atenção que os reformados têm mais encargos com a saúde e despesas, diferentes de quem tem boa saú-

Sem dinheiro para pagar o lar

Um inquérito da DECO acaba de apurar que dois em cada três idosos que vivem em lares têm um rendimento inferior à mensalidade exigida pela instituição, tendo de recorrer a poupanças ou à família para conseguir pagar. Ainda segundo o estudo da revista PROTESTE, daquela associação de defesa do consumidor, um em cada quatro idosos precisa de mais de 500 euros por mês para completar o valor da factura do lar. Esta factura está cifrada, em média, em 770 euros mensais, sendo de 550 euros nas instituições públicas e de 925 euros nas privadas.

Cerca de 1,2 milhões de pensionistas do regime geral da Segurança

Social (três quartos do total) auferiam em 2011 uma reforma entre 251 e 500 euros, segundo dados do Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

O estudo da DECO apurou que, destes pensionistas mais pobres, 53 por cento dependem dos familiares para completar o pagamento do lar, enquanto 38 por cento só conseguem pagar a factura recorrendo às poupanças acumuladas ao longo da vida.

Para além da mensalidade, a generalidade dos lares cobra ainda, separadamente, medicamentos, fraldas e serviços de fisioterapia, numa média nacional mensal de 125 euros.

de e boa capacidade de trabalho", lamentou à Lusa o bastonário da Ordem, Domingues Azevedo.

Com a decisão governamental (inédita) de equiparar a dedução específica das pensões à dedução dos rendimentos do trabalho dependente, baixando de 6 mil para 4.104 euros, e tomando apenas isentos da obrigação declarativa os reformados que recebem menos de 4.104 euros brutos por ano, a já depauperada economia doméstica

dos mais idosos sofre um rombo difícil ou impossível de suportar por quem, para além das necessidades normais, tem ainda de gastar boa parte do rendimento em assistência médica e medicamentos.

Uma vida a contribuir

O professor reformado Norberto Cardoso, um dos dirigentes da APRE (associação criada em Coimbra em Outubro passado), está sobretudo preocupado com a

"desinformação e/ou manipulação ultimamente veiculada por alguma imprensa diária e televisiva", que aproveita a indignação geral para veicular informações incorrectas ou tendenciosas. E dá um exemplo, recentemente saído em alguns órgãos de comunicação: a notícia de que "o Governo gasta com pensões 37 milhões de euros diários".

Explica Norberto Cardoso: "Para o leitor menos informado, a notícia é essa. Contudo", salienta, a verdade completa é que "as pensões do regime contributivo não são pagas com verbas do Orçamento de Estado, mas sim com as transferências feitas a partir das contribuições para o sistema", através "de uma parte do salário obrigatoriamente entregue ao Estado todos os meses e durante toda a vida profissional do trabalhador", tendo-se o mesmo Estado "constituído unilateralmente fiel depositário dessas verbas".

A APRE assume-se como "grupo de pressão" contra os cortes nas pensões, à margem de qualquer estrutura sindical ou partidária. "Não é um movimento de uma classe profissional, é para todos, seja de reformados de reformas de 300 euros, ou 1.500, o que for", esclarece Norberto Cardoso. Mas traça com clareza a linha de fronteira, ao referir-se ao MRI, "surgido pelas mãos do ex-presidente do BCP, Filipe Pinhal, agora aposentado com 70.000 euros mensais": "Nada nos liga a esse movimento de banqueiros e ex-banqueiros". Privilegiando acções de sensibilização juntos dos mais pobres, a APRE tem vindo a alargar a sua base de apoio. "Só a petição pública apresentada na Assembleia da República no início da criação da associação compilou mais de 10 mil assinaturas, recolhidas no espaço de 10 dias", garante.

Muito mais politizada, e integrada na estrutura da CGTP, é a Inter-Reformados, que hoje mesmo termina uma "jornada de luta" e que na passada sexta-feira juntou algumas centenas de aposentados na Baixa de Lisboa. Esta associação não se contenta com a revogação das leis penalizadoras dos mais idosos: alinhando com o coro da esquerda, "exige a demissão do governo". ■